TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano I – nº 6 – Novembro de 2001

De olho no orçamento

A Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Assembléia Legislativa deverá analisar mais de mil emendas ao Orçamento Fiscal de Pernambuco para 2002. No valor de R$ 7,75 bilhões, ele define o que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público, por exemplo, vão poder gastar no ano que vem.

Pág. 03



ARTE: IVAN FEITOSA

Comissão de Educação valoriza formação do cidadão

Págs. 04 e 05

Programa de Gestão para a Qualidade Total avança

Pág. 06

Sai resultado do Prêmio Leão do Norte 2001

Pág. 08

EDITORIAL

Gestão moderna

Através do orçamento, da previsão de receita e despesas, o Estado tem um instrumento para sugerir os meios e definir as ações visando atender às reivindicações da sociedade. A proposta orçamentária, portanto, está ligada ao planejamento econômico, aos objetivos sociais e ao conjunto de metas a serem seguidas pelo setor público.

Assim, a concepção de orçamento e a sua prática integram o esforço de modernização do Estado, de aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos, quer seja na União, nos estados ou municípios. Em nosso País e no Estado, vem sendo evidente o avanço nesse sentido, com a intervenção crescente do Legislativo e uma maior participação das forças sociais.

Com efeito, a proposta orçamentária do Executivo e as emendas do Poder Legislativo geralmente confluem para melhorar os mecanismos de arrecadação, adequar a aplicação dos recursos, de sorte a assegurar o equilíbrio das contas públicas. No curso do exercício, anual ou plurianual, a tendência configura a disposição de elaborar um orçamento que atenda aos critérios inovadores acerca da origem, natureza e finalidade das previsões.

Nessa busca, a Assembléia Legislativa cuida de mobilizar os diversos segmentos da sociedade e contribuir para ampliar sua participação. Reflexo do avanço da democracia, do exercício da cidadania, o Legislativo tem sido porta-voz de amplos setores do Estado, com a sugestão de medidas para tornar o orçamento mais realista e objetivo.

Essa atuação do Legislativo é testemunho da interação com os líderes políticos e econômicos, com as bases da comunidade, por meio de encontros, debates e audiências públicas, que vêm sendo cada vez mais intensas no Estado. Daí, em nome das forças sociais, de suas críticas e reivindicações, o Legislativo exerce papel decisivo na destinação de recursos, na execução de projetos e programas, propondo ou sugerindo alterações e ajustes nas atividades previstas e essenciais ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Com essa visão do processo de elaboração do orçamento, o Poder Legislativo comprova sua concepção moderna da técnica orçamentária, de sua importância para o desempenho da economia. A Assembléia exerce assim seu poder de legislar, de influir na previsão de receita e despesa, assegurando a fixação de metas e objetivos pelo Executivo.

Dessa forma, a proposta orçamentária ganha amplitude, torna-se mais abrangente, conferindo ao Poder Executivo maior objetividade na execução de medidas essenciais ao desenvolvimento. É a junção perfeita de idéias e propostas, que favorecem o controle das finanças públicas e o atendimento das exigências de progresso da maioria da população.

EXPEDIENTE

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Afonso Ferraz; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Antônio Mariano; **3º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Secretário**, Deputado Jorge Gomes. **Diretor do Departamento de Comunicação Social,** José Tomaz Filho; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editora:** Cláudia Lucena. **Redatores:** Ana Lúcia Lins, Antônio Azevedo, Antônio Magalhães, Cláudia Lucena, Christianne Alcântara, Nagib Jorge Neto e Pedro Marins. **Estagiários:** Diogo Almeida e Paloma Granjeiro. **Revisão:** Cláudia Lucena e Christianne Alcântara. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Roberto Soares, João Santana, Ivan Feitosa e Moisés Barbosa.
Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211. **E-mail:** *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

Nosso endereço na Internet *http://www.alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

É preciso mudar a Lei de Incentivo à Cultura

Sérgio Leite *

Diz a sábia cultura popular que a corda sempre arrebenta do lado mais fraco. Em um País onde o cinema, o teatro e as demais iniciativas culturais não recebem a atenção devida por parte das autoridades públicas, a classe artística pede socorro e faz um alerta: essa corda vai arrebentar.

A grita é geral. Os artistas e produtores, do lado de cá da corda, estão vendo o dinheiro da Lei Estadual de Incentivo à Cultura sumir das produções locais. Isso porque a legislação vigente precisa de mudanças para garantir os investimentos que viabilizem a cultura local.



Leite quer garantir investimentos

Modificado no final do ano passado, o texto só trouxe prejuízos à classe artística. As mudanças feitas pelo Governo do Estado engessaram o processo de financiamento da cultura pernambucana.

Quando foi defendida pela categoria, a Lei Estadual de Incentivo à Cultura era um avanço. Na prática, no entanto, foram encontradas falhas. Para dar uma idéia da situação, dos R$ 10 milhões previstos para serem investidos na cultura pernambucana este ano, com base na renúncia fiscal estabelecida na lei, até agora, somente R$ 2 milhões foram captados. Por esse motivo, criamos na Assembléia Legislativa uma comissão especial para discutir a lei. O objetivo é debater com órgãos públicos e entidades representativas de cultura a forma ideal para que a lei funcione melhor no próximo ano. Participam deputados que integram as comissões permanentes pelas quais o projeto vai tramitar. São elas: Justiça, Finanças, Educação e Cultura.

As mudanças devem ser feitas até o fim desta legislatura, para que vigorem a partir do ano que vem. Por isso, estaremos convocando a sociedade para analisar tecnicamente a lei e propor as mudanças necessárias.

Não podemos deixar essa corda arrebentar no pescoço dos nossos artistas locais, que lutam todos os dias em defesa de nossas tradições e manifestações culturais, que tanto nos unem e nos identificam como povo pernambucano, como o bravo Leão do Norte.

** Deputado Estadual pelo PT*

Servidores da Assembléia Legislativa recebem os 11,98%

A Assembléia Legislativa de Pernambuco implantou, na folha de pagamento do mês passado, os 11,98% referentes às perdas contabilizadas desde 1994, quando o Cruzeiro Real foi convertido em URV. Funcionários ativos, inativos e comissionados foram beneficiados com a decisão judicial unânime da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

De acordo com o primeiro-secretário, João Negromonte (PMDB), a garantia da URV aos servidores representa para os cofres da Assembléia Legislativa um acréscimo de aproximadamente R$ 420 mil mensais. Ele informou também que a Casa terá que fazer economia em alguns setores internos, devido à repercussão financeira na folha de pagamento.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Assembléia, Sérgio Ferreira, explicou que a ação estava tramitando no TJPE, desde maio, e que é uma conquista para os servidores do Legislativo.

ORÇAMENTO

Finanças analisará mais de mil emendas

Até o dia 12 de dezembro, o Orçamento Fiscal de Pernambuco deverá ser votado

O prazo para a apresentação de emendas parlamentares ao Orçamento Fiscal de Pernambuco para o ano de 2002 acabou no último dia 31. O total de despesas dos órgãos (ver tabela abaixo) é de R$ 7,75 bilhões, cerca de R$ 1 bilhão a mais do que o orçamento deste ano. O aumento de 15,3% deve-se aos recursos obtidos com a privatização da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e com a venda das ações da Companhia de Saneamento de Pernambuco (Compesa). A Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Assembléia Legislativa estima que fará a análise de mais de mil emendas, se respeitada a média de 20 para cada deputado.

Certamente, haverá bem mais trabalho do que no ano passado, prevê o assessor-técnico da Comissão de Finanças, Ricardo Lins. Para se ter uma idéia, somente dois deputados apresentaram, individualmente, 320 emendas.

No dia 28 novembro, serão apresentados os pareceres elaborados pela comissão e, até o dia 12 de dezembro, o Orçamento Fiscal do Estado deverá ser votado em Plenário.

Para o orçamento de 2001, foram apresentadas 1.314 emendas à Comissão de Finanças. Dessas, por exemplo, 315 corresponderam à área de infra-estrutura; 207 à saúde; 203 à educação; e 174 à produção rural e reforma agrária. Do total, foram aprovadas em Plenário 656 emendas (381 com alterações) e rejeitadas 277.

ROBERTO SOARES

Deputados da Comissão de Finanças vão elaborar pareceres até o fim do mês

IVAN FEITOSA

Gurgel: mais emendas ano passado

No ano passado, o campeão de apresentação de emendas individuais foi o deputado Garibaldi Gurgel (PMDB), com 276; seguido por João de Deus (PL), com 157; Antonio de Pádua (PMDB), 140; e Diniz Cavalcanti (PMDB), 108.

O Orçamento Fiscal de Pernambuco para 2002, no valor de R$ 7.756.921.600,00, contempla, além do Poder Executivo, o Judiciário com R$ 239 milhões (3,08% do total); o Legislativo com R$ 88,4 milhões (1,14%); e o Tribunal de Contas do Estado com R$ 68,2 (0,88%).

De acordo com Cláudio Alencar, economista da Comissão de Finanças, na esfera do Poder Executivo, os investimentos na área social - educação, saúde e segurança - cresceram, em comparação com o orçamento de 2001.

A previsão do setor educacional aumentou de 11,2% em 2001 para 12,2% em 2002; enquanto a saúde cresceu de 7,4% para 9,2%; e a segurança pública, de responsabilidade da Secretaria de Defesa Social, pulou de 9,4% para 9,6%.

A área de infra-estrutura, no entanto, vai se manter praticamente no mesmo patamar deste ano, havendo apenas uma pequena variação. Seu percentual de participação caiu de 9,70% para 9,63%.

TABELA REFERENTE À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ÓRGÃO/2002

ÓRGÃOS	VALOR	PERCENTUAL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	*88.475.500*	*1,14%*
TRIBUNAL DE CONTAS	68.244.000	0,88%
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	*239.000.000*	*3,08%*
GOVERNADORIA DO ESTADO	17.904.800	0,23%
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	*174.131.900*	*2,24%*
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	953.303.700	12,29%
SECRETARIA DA FAZENDA	*255.268.200*	*3,29%*
SECRETARIA DA IMPRENSA	28.359.800	0,37%
SECRETARIA DE CULTURA	*26.437.800*	*0,34%*
SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL	126.025.800	1,62%
SECRETARIA DE SAÚDE	*718.062.200*	*9,26%*
SECRETARIA DE DES. ECONÔMICO	91.235.800	1,18%
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	*2.743.431.300*	*35,37%*
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	221.968.200	2,86%
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TEC. E MEIO AMB.	*126.704.800*	*1,63%*
MINISTÉRIO PÚBLICO	88.487.200	1,14%
SECRETARIA DA JUSTIÇA	*130.705.800*	*1,69%*
SECRETARIA DE GOVERNO	5.054.000	0,07%
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	*747.073.000*	*9,63%*
CASA MILITAR	7.140.000	0,09%
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	*37.860.000*	*0,49%*
SECRETARIA DE DES.URB. E PROJ. ESPECIAIS	19.938.000	0,26%
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	*749.308.100*	*9,66%*
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS	51.891.200	0,67%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA.	*40.910.500*	*0,53%*
TOTAL DAS DESPESAS DOS ÓRGÃOS	**7.756.921.600**	

ENTREVISTA/GILBERTO MARQUES PAULO

"Educação e cultura são fundam

A participação da sociedade na questão educacional, por meio das Escolas Comunitárias, é tida como um avanço para o presidente da Comissão de Educação e Cultura, deputado Gilberto Marques Paulo (PSDB). Na entrevista a seguir, ele faz uma análise do quadro estadual e nacional, reconhecendo as limitações e dificuldades. Juntamente com os deputados Paulo Rubem Santiago (PT), Geraldo Melo (PMDB) e Malba Lucena (PSDB), Gilberto Marques Paulo integra uma das comissões mais atuantes da Casa, que tem discutido importantes temas para o Estado.

Tribuna Parlamentar - Educação e saúde são sempre temas abordados pelos políticos em suas campanhas e programas de Governo. Como o senhor avalia a questão educacional hoje no Estado?

Gilberto Marques Paulo - Educação e cultura, que ao meu ver são indissociáveis, são fundamentais para a formação do cidadão em qualquer lugar do mundo. Por isso, se diz que a educação é a base de tudo e infeliz o povo que não começa a trabalhar primeiro a educação. Saúde é importante porque ninguém pode ser bom de barriga vazia, não se pode estudar sem a mínima condição de saúde. Aqui no Estado, há um esforço muito grande para que a educação seja tida como prioridade. Evidentemente que as coisas vão se sedimentando ao longo do tempo e existem falhas ainda, tentativas de acertos, problemas, dúvidas, inquietações. Mas tudo isso dentro de um contexto pelo qual passa o País na sua inteireza. Tenho até uma certa autoridade para falar porque comecei em cargos de natureza educacional, como secretário na Faculdade de Direito, mas fundamentalmente secretário de Educação e Cultura do Recife. Sempre vivi ligado a essa temática, via Fiam e Fundarpe, o que me dá uma certa segurança de que estamos tentando o caminho certo, mas falta ainda muita coisa em Pernambuco e no Brasil. É um absurdo vermos tanta criança passando fome e sem escola. Apesar disso, há uma coisa que me agrada: ver a sociedade civil se mobilizando. Há poucos dias tivemos uma reunião aqui, na Assembléia, mostrando a própria iniciativa privada dando uma de poder público, se associando. Esse País é muito grande e não dá para o poder público albergar todas as questões que deveriam ser exclusivamente de responsabilidade do Estado, como a educação.

IVAN FEITOSA



Marques: Participação popular é avanço

TP - Com base na sua experiência em diversos órgãos ligados à educação, o que o senhor diria que evoluiu, nesses últimos anos, na educação de Pernambuco?

GMP - Evoluiu a participação por meio das escolas das comunidades, os antigos educandários gratuitos. Hoje, a sociedade está vivenciando não só passivamente - recebendo aulas -, mas participando ativamente da elaboração de programas comunitários. Eu me lembro bem de que todos os homens engajados na educação, como Paulo Freire e Darcy Ribeiro, tinham a preocupação de que a criança na escola conhecesse a linguagem característica da sua região. Por exemplo, não se pode ensinar no Recife da mesma forma que se faz numa cidade distante. É preciso que o aluno co-participe, não fique apenas ouvindo aquelas aulas como um monólogo. Hoje, nas universidades (falo como professor universitário), a idéia é que o aluno se sinta como se estivesse dando uma aula, pelo nível de engajamento que ele deve ter no processo. Nossas universidades têm melhorado muito o seu nível. Só que não é fácil trabalhar quando não se qualificam as universidades. Exemplo: há muito tempo, a Faculdade de Direito não faz concurso, cursos de intercâmbio, de capacitação. São deficiências elementares que devem ser corrigidas. Mas, mesmo assim, nas nossas universidades há um esforço muito grande e insisto: sem educação, não temos para onde ir.

Marques Paulo presidiu audiência sobre medida provisória que retirou da UNE

TP - Críticas em relação aos salários dos professores, falta de estrutura, sucateamento das escolas são sempre o mote da oposição. Como o senhor avalia esse quadro?

GMP - Não diria nem que é o mote da oposição, porque é muito ruim um servidor trabalhar há sete anos sem aumento, quando tudo aumenta e há um controle falacioso da inflação. Então, não é tema da oposição: o sucateamento realmente existe. Há autoridades em termos nacionais que não atentam para os problemas sociais. Enquanto isso, passamos mais de três anos discutindo o problema da reeleição. Isso tudo tumultuou o País. Por minha formação jurídica, devo até derivar um pouco. Não tivemos uma Reforma Tributária, nem social, nem política. Isso se reflete no campo da educação. Sou um deputado de Governo, mas atuo com independência. Então, não é discurso de oposição. Toda vez que vem assunto dessa natureza ao Plenário da Casa também defendo essa tese: há um sucateamento, desqualificação, quase o demérito do professor. Acabou-se aquela história do interior, quando a professora era querida, quase uma segunda mãe. Não foi à toa que Ataulfo Alves lembrou: "Ai, que saudades da professorinha!"

> ***"Eu não diria que o sucateamento da educação é um mote para os opositores. Ele realmente existe"***

TP - O que acha do Programa Escola Democrática?

GMP - Representando a Assembléia, eu participei de algumas reuniões. Na verdade, está havendo uma reação do Sintepe, em parte com razão. Mas o assunto foi amplamente discutido em inúmeras reuniões, com a participação do Sintepe, entidades e associações de pais. Depois das manifestações de deputados da Casa, basicamente do PT, reconheço que é delicada a situação de se fazer uma eleição para cargo de confiança. Esse

...entais na formação do cidadão”

ROBERTO SOARES

GMP - Como todas as demais comissões, a de Educação tem função finalista, não tem um poder coercitivo. Nós trabalhamos em cima do sistema de radiodifusão, Lei de Incentivo à Cultura, cinema de curta-metragem, ou seja, temos um trabalho diversificado, afora a apreciação de pareceres. Infelizmente, muitas matérias que nos chegam são abortadas na Comissão de Constituição e Justiça. Uma das minhas tristezas como deputado são os limites restritivos impostos. Eu me recordo que há uns dois anos apresentei emenda ao Orçamento propondo o ensino obrigatório nos presídios. Fui derrotado porque a matéria foi considerada inconstitucional - ridicularmente, na minha ótica - porque implica aumento e, por isso, teria que partir do Executivo. Parece que tudo implica aumento.

TP - Um dos instrumentos das comissões são as audiências públicas e, particularmente, a de Educação realizou várias. Na prática, no que elas resultam?

GMP - São ótimas porque facilitam que sejam filtradas as questões trazidas a Plenário e discutidas como muita segurança. Sou favorável às audiências públicas porque é por meio delas que debatemos questões maiores, de forma democrática, aberta e disciplinada.

TP - Outra iniciativa da comissão foi a criação pioneira da Escola do Legislativo. Como o senhor avalia os cursos que estão sendo aplicados, a capacitação dos deputados?

GMP - Acho excelente. Inicialmente, tenho até o cuidado de usar outra expressão, como qualificação, reciclagem. Recentemente, trouxemos o professor Steve Wrigley, da Universidade da Geórgia/EUA, que veio falar sobre a atuação parlamentar. Estamos também com cursos de Técnica Legislativa, Informática, Orçamento e Inglês. Acho que a escola cumpre o seu papel. Na minha desilusão como parlamentar sempre digo: se nada eu tiver feito, só o fato de ter tido a idéia de criar a escola me dá uma satisfação pessoal.

TP - Já há uma agenda de ações para o próximo ano?

GMP - Há, sim. Mas como este ano desenvolvemos muitas ações, definiremos um novo programa no início de 2002, incorporado às experiências que tivemos. Encontra-se em elaboração o 1º Plano Anual de Atividades da Escola, com todas as suas metas previstas, desde o aspecto metodológico às questões de natureza financeira. A Escola do Legislativo receberá também o ISO 9002 (certificado de qualidade internacional), previsto para o mês de março.

TP - Como analisa as greves no campo da educação?

GMP - Acho que há uma responsabilidade muito grande do Judiciário. A Constituição estabelece direito de greve, só que essa norma carece de regulamentação, o que não foi feito. Há um instrumento jurídico chamado Mandado de Injunção, ou seja, que o Poder Judiciário - quando há uma incompletude na lei por inação do Legislativo, com o apoio do Executivo - pode muito bem assumir essa parte e estabelecer mecanismos. Rigorosamente, hoje a greve é prevista, mas ineficaz. Isso por conta de o Parlamento brasileiro não ter ainda regulamentado a norma fundamental.

“A Constituição estabelece o direito de greve, mas essa norma carece de regulamentação”

TP - Como o senhor vê as denúncias de desvio de merenda e outras relacionadas às escolas?

GMP - Acho muito ruim. Vivemos num País em que o descrédito político é muito grande. Isso tudo é lamentável e deve ser rigorosamente apurado.

TP - Em relação à área cultural, o que a comissão tem feito?

GMP - Predominantemente, trabalhamos em cima da Lei de Incentivo à Cultura, a exemplo da questão do cinema. Fazemos, vez por outra, sessões que destacam a música, por interesse de deputados. Nesse particular, títulos de cidadão por mim propostos são, em geral, para pessoas com destaque nas áreas de educação e cultura.

TP - O que o senhor pensa das iniciativas da AL no âmbito cultural, a exemplo da publicação dos Perfis Parlamentares, concurso em homenagem a Pereira da Costa, Aulas de Cidadania, entre outras?

GMP - Acho que o deputado Romário Dias e toda a Mesa estão de parabéns. Foi altamente sábia a idéia da Casa de publicar os Perfis Parlamentares, concurso de monografia, entre outras ações. Isso tudo motiva a educação e a cultura, sobretudo a preservação da História política de Pernambuco.

TP - Qual a sua opinião sobre projetos que estão tramitando na Casa, como dois do deputado Israel Guerra (PSDB), que tratam do incentivo à leitura?

GMP - Acho tudo isso muito bom. Possivelmente, a matéria será bloqueada na Comissão de Justiça porque implicará aumento de despesas. O deputado Israel Guerra apresentou recentemente uma coisa muito boa, só que inviável. Eu até fui contra, não obstante reconhecer que, na essência, o objetivo do deputado - que é muito dedicado - é salutar. Ele apresentou projeto para que todo estudante de Medicina se comprometesse a passar um ano trabalhando no interior. Ora, isso precisaria constar do edital do Vestibular e restringe a liberdade profissional. Se se fizesse isso, teríamos que estender para os estudantes de outros cursos.

ROBERTO SOARES

Em abril, a comissão saiu em defesa da atuação das rádios comunitárias

direito de emitir carteiras estudantis

assunto será apreciado na Comissão de Justiça e eu vou examinar em profundidade sua legalidade. Acho que as discussões foram exaustivas, sempre com a reação do Sintepe, que acha que não deveria haver seleção prévia para isso. Agora, por outro lado, pelos aspectos pedagógicos, fazer uma eleição pode resultar em se eleger um professor que está, por exemplo, há mais de 15 anos fora da sala de aula. Será que ele estaria habilitado ou seria melhor uma seleção prévia para o cargo? Eu ainda não tenho uma posição formada, apesar de ter participado de alguns debates, sob a presidência de Raul Henry. É preciso ver se constitucionalmente isso é possível. Não há fórum melhor para debater do que aqui. A forma é que tem que se ver: se vai passar pela Assembléia ou se o governador poderia definir, por decreto, com alteração de natureza constitucional. Com a minha independência, acho que numa revisão do assunto o debate é sempre salutar.

TP - Como presidente da Comissão de Educação e Cultura, de que forma o senhor avalia a atuação do grupo este ano?

QUALIDADE ISO 9002

Seminário marca expansão de programa

Com a realização do seminário de conscientização sobre a importância do Programa de Gestão para a Qualidade Total (PGQT), ocorrido no dia sete de novembro, a Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe) deu mais um passo significativo para conseguir a certificação ISO 9002 do seu núcleo administrativo, em abril de 2002. A programação de divulgação do PGQT reuniu representantes de pelo menos 22 gabinetes parlamentares e dos oito departamentos da Alepe. O objetivo foi motivar e integrar todos os setores da instituição, num esforço para tornar mais ágeis e eficientes os serviços prestados pelo Poder Legislativo.

Há um esforço para tornar mais ágeis e eficientes os serviços prestados pelo Legislativo

No evento, realizado no auditório do Anexo I, também houve o lançamento do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC). Trata-se de um sistema idêntico ao existente no setor privado, que vai permitir a apresentação de sugestões e reclamações pelo ramal 2480. As informações colhidas servirão de base para os ajustes necessários ao projeto piloto da Qualidade do Processo Administrativo.

Outra novidade do Programa de Qualidade é a pesquisa de opinião, que está registrando o nível de satisfação dos clientes em relação aos serviços executados. Todas as vezes que os servidores dos gabinetes precisam de um ato dos departamentos de Assistência Administrativa, ou de Patrimônio, por exemplo, eles são convidados a preencher um formulário com cinco perguntas. Ainda há um sexto espaço para sugestões e comentários. A pesquisa também está sendo aplicada no Setor de Protocolo e na Divisão de Arquivo e Documentação. "Com o SAC e a pesquisa, pretendemos criar uma interação contínua com os clientes, que vai permitir uma avaliação constante da implantação do PGQT", afirmou a professora Fátima Resende, coordenadora do Programa de Qualidade.

No seminário, Resende descreveu as duas diretrizes que vão nortear os próximos meses de implantação do PGQT. "A meta é aperfeiçoar os serviços prestados com o uso do sistema Notes (rede interna de computadores) em 100% das solicitações e reduzir em 10% as reclamações dos gabinetes, a partir de maio de 2002", antecipa. A professora também lembra, que o objetivo é elevar o grau de satisfação dos clientes em 80%, até maio próximo e a qualidade dos serviços com presteza no atendimento aos gabinetes.

Em 2002, outros setores da Alepe também se integrarão ao PGQT. Entre eles, o Departamento de Assistência Legislativa (DAL). A meta é assegurar a certificação ISO 9002 para todas as áreas do Legislativo.

A programação do seminário foi sequenciada com a solenidade de conclusão do curso de Sistema da Qualidade para um grupo de 75 servidores de vários setores. O primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB) lembrou que o certificado ISO será uma conquista não só da Alepe, mas de todos os servidores.

IVAN FEITOSA

Alunos de Sistema da Qualidade em treinamento no auditório da Alepe

Comissão acompanha a implantação do PGQT

IVAN FEITOSA

O trabalho de implantação do Programa de Gestão para a Qualidade Total (PGQT) é seguido passo a passo pela Comissão da Qualidade (CQ), equipe encarregada de dar continuidade às ações estimuladas pela professora Fátima Resende e pela consultora Regina Cerqueira.

Presidida pelo diretor-geral da Alepe, Luiz Carlos Matos, a CQ é composta por 14 membros, incluindo o diretor da Assistência Administrativa (DAA), Luiz Antônio Melo, a secretaria-executiva da DAA, Sandra Maria Resende Bezerra, que atua como representante da Administração, e a servidora Taciana Guerra, da Divisão de Pessoal, que exerce a gerência da Qualidade.

Um grupo de funcionários já fez treinamento para a realização de auditorias internas

Completam o grupo dois analistas de documentação, responsáveis pela preparação e análise de todos os materiais produzidos na implantação do PGQT, e os oito chefes de divisões do núcleo administrativo. Para o diretor-geral, um dos estágios fundamentais do PGQT é a descrição das Instruções de Trabalho (ITs).

"É uma ação muito importante, pois estamos detalhando todas as atribuições de cada cargo na perspectiva de atuarmos para garantir a continuidade das ações, a partir das demandas dos clientes", afirmou Luiz Carlos Matos, lembrando que a lei que criou o cargo por ele ocupado especifica 28 tarefas.

Após o curso de Sistema da Qualidade, os servidores receberam instruções de como preparar o Manual da Qualidade e, em seguida, as Instruções de Trabalho. O passo seguinte foi o treinamento para a realização das auditorias internas, uma das exigências para conseguir o ISO 9002. "Com as definições das ITs cria-se um inter-relacionamento forte entre os servidores, surge uma nova cultura no trabalho, substituindo o improviso, que só atrapalha e emperra o serviço público", ressalta Luiz Carlos Matos. Ele acrescenta que ficará mais difícil tomar uma decisão ou realizar um procedimento administrativo fora dos padrões determinados.

Luiz Carlos Matos destaca importância da ação

NEGÓCIOS MUNICIPAIS

Comissão amplia debate sobre as emancipações

Os principais projetos atualmente em análise na Comissão de Negócios Municipais referem-se à emancipação de distritos e à conseqüente criação de municípios. De acordo com a assessoria da comissão, antes da Lei nº 24/99, que impede até 31 de dezembro deste ano a criação de novas cidades, 14 projetos de emancipação já estavam tramitando. O estudo quanto à viabilidade da transformação dos distritos em municípios é de competência exclusiva desse colegiado.

Com o objetivo de ampliar a discussão sobre o tema, foi criado pela comissão um grupo de trabalho, formado por instituições como a Associação Municipalista de Pernambuco, IBGE e Tribunal de Contas do Estado. Os representantes desses órgãos estão encarregados de propor a atualização da lei de criação, fusão, anexação e desmembramento do município, a partir de modificações promovidas pela legislação federal.

De acordo com o presidente da comissão, deputado Ulisses Tenório (PTB), a emancipação dos municípios é um assunto relevante, já que interfere em questões econômicas, sociais, políticas e culturais dos distritos, municípios e Estado. Ele disse que a matéria vem sendo tratada com a atenção que merece e citou também outro trabalho desenvolvido e de competência exclusiva da Comissão de Negócios Municipais: o estabelecimento de limites entre os distritos.

NOVAS ATRIBUIÇÕES – Com a modificação do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Pernambuco, que data de 1991, a comissão vai propor algumas mudanças nas suas atribuições e no seu próprio nome, segundo anunciou Ulisses Tenório. Ele explicou que a intenção é adequar os trabalhos às demandas da sociedade e que a mudança do nome tem ainda a preocupação de dar a "devida dimensão ao trabalho que é realizado pelo setor".

ROBERTO SOARES

Deputados vão propor algumas mudanças nas atribuições da comissão

DEFESA DO MEIO AMBIENTE

ROBERTO SOARES

Teresa Duere, Rodrigues e Queiroz estão atentos às questões ambientais

Parlamentares zelam pelos recursos naturais do Estado

A Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa trabalha para zelar pelos recursos naturais de Pernambuco. Presidida pelo deputado Bruno Rodrigues (PPB) desde 1999, ela tem como princípios básicos a defesa e a conservação do meio ambiente no Estado. Assim, luta contra a poluição ambiental, para preservar a fauna e a flora, proteger os rios e cursos d'água. A comissão tem tido cada vez mais visibilidade, devido à grande importância que a sociedade vem dando à questão ambiental.

A atuação dos parlamentares já rendeu bons frutos. Para se ter uma idéia, nos últimos dois anos, a comissão apreciou mais de cem projetos e o trabalho de fiscalização também tem dado resultado. Este ano, houve duas inspeções. Uma denúncia contra a Prefeitura de Itamaracá levou os deputados a investigar, em parceria com o Ibama e a Comissão de Justiça, o desmatamento de uma área de três hectares na Enseada dos Golfinhos, localizada no famoso balneário.

No bairro de Piedade, em Jaboatão dos Guararapes, a comissão inspecionou, em conjunto com a CPRH, o despejo de esgoto num terreno baldio próximo à orla. Uma audiência pública para discutir a questão da água também foi realizada. Na próxima reunião, em data a ser definida, o lixo será tema de debate.

Recentemente, a comissão deu parecer favorável à regulamentação da gestão do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata (Promata).

Além de Bruno Rodrigues, que também integra o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), são titulares da comissão Guilherme Uchôa (PDT), Antônio Moraes (PSDB), José Queiroz (PDT) e Teresa Duere (PFL).

Assembléia sai em defesa das cooperativas de Pernambuco

A Assembléia Legislativa está disposta a incentivar uma discussão que pode vir a garantir empregos para muitos pernambucanos: o futuro das 130 cooperativas de trabalho do Estado, que congregam dez mil associados.

Perseguidas por fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e integrantes do Ministério Público do Trabalho, sob alegação de que têm irregularidades gerenciais, essas entidades, protegidas pelas Constituições Federal e Estadual, são vítimas do preconceito, segundo o deputado Roberto Liberato (PL), vice-líder do Governo e presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo de Pernambuco (Frencoop/PE). "Não se pode discriminar uma organização tomando por base um pequeno grupo desonesto. Por causa de uma minoria chega-se a ponto de perseguir todas as cooperativas de trabalho", lamenta.

Para Liberato, é preciso chamar a atenção da sociedade para essa forma de cooperativismo, principalmente nesses tempos de agravamento da crise econômica e de desemprego. "As cooperativas de trabalho têm sido uma saída para a organização dos trabalhadores", considera ele, que promoveu uma sessão especial para debater o assunto.

As cooperativas também enfrentam outros problemas, como assegura o presidente da Organização das Cooperativas de Pernambuco (Ocepe), Arinaldo Crispim. Segundo ele, a Receita Federal tenta cobrar das entidades as contribuições do PIS e do Cofins como se elas tivessem receitas próprias. Entretanto, de acordo com Crispim, isso não ocorre.

LEÃO DO NORTE

Troféus serão entregues no dia 29

Os deputados Lula Cabral (PMDB), Antônio Moraes (PSDB) e João Braga (PV) receberão, no dia 29, o Troféu Leão do Norte 2001, patrocinado pelo Banco do Brasil. A sessão solene será realizada às 18h, na Assembléia Legislativa. Cabral foi escolhido pela atuação na área de Desenvolvimento Econômico e Administrativo; Braga destacou-se em Desenvolvimento Cultural; e Moraes, em Desenvolvimento da Educação.

IVAN FEITOSA



Cabral: atuação em economia

Instituído em 1971, pela Springer Nordeste, com a finalidade de agraciar os deputados mais atuantes nas áreas de economia e cultura, o Troféu Leão do Norte atravessou três décadas. Posteriormente, foi patrocinado pela BS Continental. No entanto, após o fechamento da unidade industrial, a promoção passou para o Banco do Brasil.

Ao assumir o Leão do Norte, no ano passado, o BB ampliou a premiação, criando um troféu para a área de educação.

IVAN FEITOSA

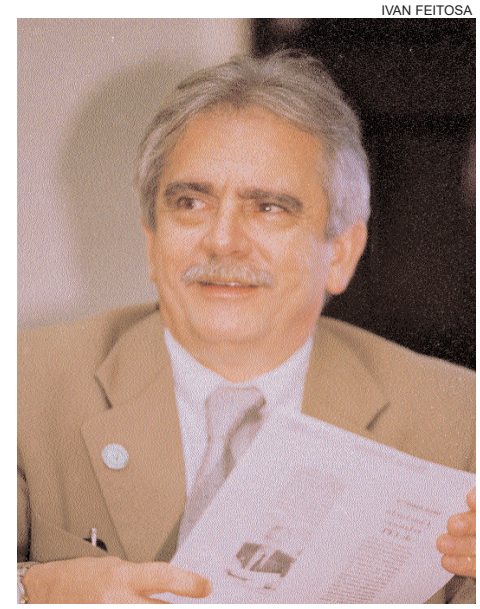


Moraes: destaque em educação

Lula Cabral, Antônio Moraes e João Braga foram escolhidos por uma comissão julgadora, no último dia 31, integrada por 19 entidades, entre elas, a Academia Pernambucana de Letras, Conselho Estadual de Cultura, empresas de comunicação, Fundação Joaquim Nabuco e Universidade de Pernambuco.

Luiz Carlos Matos, diretor-geral da Alepe e coordenador do prêmio, enviou para análise da comissão julgadora os trabalhos dos deputados João Braga, Carlos Lapa e Sérgio Leite (cultura); Sérgio Leite, Roberto Liberato, Lula Cabral, Hélio Urquisa, Augusto Coutinho e José Queiroz (economia/-administração); Sérgio Leite, Malba Lucena e Antônio Moraes (educação). Em comemoração ao prêmio Leão do Norte, haverá um jantar de confraternização, no dia 21.

IVAN FEITOSA



Braga: engajado na área cultural

PERFIL PARLAMENTAR

Alepe publica mais cinco livros ainda este mês

A Assembléia Legislativa de Pernambuco vai lançar, no próximo dia 26, às 18h, mais cinco títulos da coleção Perfil Parlamentar-Século XX. Com essas publicações, ficam faltando 14 do total de 22 perfis que estão sendo elaborados. Dessa vez, serão lançadas as biografias de Nilo Pereira, Oswaldo Lima Filho, Mário Melo, Souto Filho e Barreto Guimarães.

As três primeiras obras, que relataram a trajetória política de Agamenon Magalhães (autoria de Adalberto Ribeiro), Estácio Coimbra (Ronildo Maia Leite) e Paulo Cavalcanti (Nagib Jorge Neto), foram lançadas no último dia 31. A iniciativa do projeto tem o objetivo de resgatar a memória de Pernambuco.

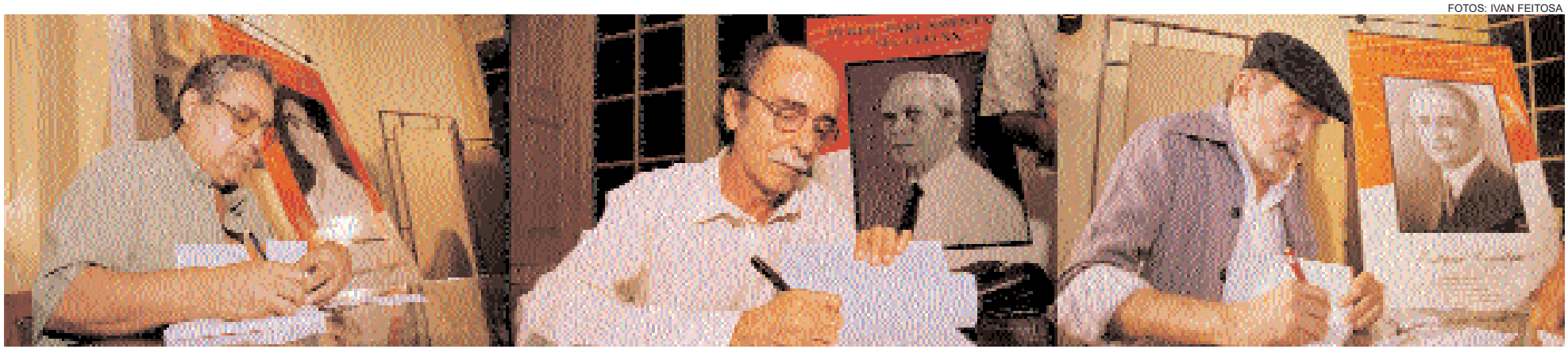
Entre os parlamentares que ainda terão seus perfis lançados, estão Nilo Coelho, João Cleofas, Paulo Guerra e Orlando Parahym. Os 22 nomes foram escolhidos por uma comissão formada por integrantes da Universidade Federal de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco, Instituto Arqueológico, Comissão Estadual de Cultura e Academia Pernambucana de Letras.

Durante o lançamento dos primeiros trabalhos, que contou com a presença de autoridades e parentes dos homenageados, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Romário Dias, disse que deixou "em segundo plano as obras de pedra e cal" para se dedicar à cultura, às memórias do Legislativo e do Brasil.

As biografias estão sendo escritas por jornalistas profissionais e serão distribuídas entre bibliotecas da rede pública de ensino. Para o superintendente do Diario de Pernambuco, Luiz Otávio Cavalcanti, que tem dado apoio ao projeto, a iniciativa é uma "lição de pernambucanidade".

O Poder Legislativo tem implementado outros projetos culturais. No próximo ano, será a vez do livro "Presença Feminina", que está sendo escrito pela professora Luzilá Gonçalves. O trabalho narra a vida política de nove mulheres que passaram pela Casa de Joaquim Nabuco.

FOTOS: IVAN FEITOSA



Os jornalistas Adalberto Ribeiro, Nagib Jorge Neto e Ronildo Maia Leite lançaram livros sobre Agamenon Magalhães, Paulo Cavalcanti e Estácio Coimbra